



17 de maio de 2012

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

**A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico
e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira**

Hoje
EM DIA

MARCO DE REGULAÇÃO MINERAL SEGUE EMPERRADO

Proposições para alterar regulação do setor mineral não avançam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal

Não é só o governo federal que tem encontrado dificuldades para enviar ao Congresso a proposta de um novo marco regulatório para o setor mineral. Deputados federais e senadores, que debatem o tema há mais de duas décadas, também não conseguem chegar a um consenso sobre seus projetos. Pelo menos dez proposições tramitam no Congresso – a maioria inscrita quando surgiram as primeiras promessas do Executivo de rever o Código Mineral Brasileiro.

A própria presidente da República, Dilma Rousseff, já deu declarações públicas de que se empenharia na revisão da legislação, com o intuito de elevar a remuneração que os municípios obtêm com a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) – os chamados “royalties da mineração”. A princípio, a petista disse que protocolaria os anteprojetos até julho do ano passado. Agora, o Ministério de Minas e Energia não mais fixa um prazo para o envio das sugestões.

Diante dessa demora, muitos parlamentares se estimularam a elaborar projetos de lei (PLs) ordinária e complementar que resolveriam parte dos problemas. No entanto, diferentemente do discurso oficial, esses textos não avançam. Até mesmo uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigaria as mineradoras por causa de supostas irregularidades no pagamento da CFEM acabou não saindo do papel por determinação do presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS).

De todas as propostas que repousam nas gavetas do Congresso, a que está em estágio mais avançado foi apresentada em 2005 pelo deputado federal Ricardo Izar (SP), hoje no PSD. A matéria já passou pelo crivo da Câmara e pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI) do Senado. Desde o final de 2008, está pronta para o plenário, mas nunca foi incluída na ordem do dia. No PL, Izar reduz de 2% para 0,6% o percentual da CFEM sobre substâncias minerais destinadas à construção civil e sobre rochas calcárias necessárias à correção do solo. O texto diminui de 23% para 20% a alíquota reservada aos estados e aumenta para 15% a atribuída ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Os municípios permanecem no

mesmo patamar (65%) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAM) perde os 2% a que hoje tem direito.

De acordo com o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), a matéria não deverá entrar na pauta nos próximos dias. "As nossas deliberações são decididas em conjunto com os demais partidos e com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). E nós não temos nenhum acordo para fazer a apreciação", disse.

Fonte: Hoje em Dia

Data: 13/05/2012



CÂMARA ESTUDA COMO APROVEITAR POTENCIAL BRASILEIRO DE TERRAS-RARAS

Conselho de Altos Estudos avalia a quantidade de reservas de terras-raras no Brasil e necessidade de investimentos para a exploração desses minerais.

Um dos gargalos que pode inviabilizar o aumento da participação brasileira no mercado de alta tecnologia é a escassez de matéria-prima. Atualmente a China detém cerca de 90% do comércio mundial de terras-raras – minérios usados na produção de bens com alto valor agregado, que vão desde vidros de tablets até ligas metálicas utilizadas em supercondutores, geradores eólicos, computadores, mísseis e aviões.

A dependência da produção chinesa levou a deputada Teresa Surita (PMDB-RR) a sugerir a análise do tema pelo Conselho de Altos Estudos da Câmara. "Não tem sentido autorizarmos a instalação de fábricas de tablets com isenções fiscais na Amazônia e continuarmos comprando insumos [terras-raras] da China", disse a deputada. Segundo a consultoria McKinsey, o mercado mundial de terras-raras movimentou US\$ 11 bilhões em 2011.

Esses minérios integram um grupo de 17 elementos químicos (veja infográfico) e são considerados estratégicos por possuírem inúmeras aplicações na indústria. Em várias regiões do Brasil há uma grande quantidade de elementos de terras-raras a ser explorada, principalmente em Araxá (MG) e em Pitinga (AM). Entretanto, a falta de investimentos em pesquisa e tecnologia torna difícil a conversão dos recursos existentes em reservas minerais com viabilidade econômica.

Monopólio chinês

"A China já produz conhecimento sobre a exploração de terras-raras há mais de 30 anos", afirma o consultor de Recursos Minerais da Câmara Paulo César Lima. "Hoje, os chineses detém tecnologia e mão de obra a custos bastante baixos, o que faz com que eles não tenham a mínima intenção de vender terras-raras, mas queiram sim atrair empresas com interesse em desenvolver produtos a partir desses minérios." Desde 2009, o governo chinês decidiu limitar em cerca de 30% a exportação de elementos de terras-raras para o resto do mundo.

Reféns da oferta chinesa, países como EUA, Canadá, África do Sul e Austrália passaram a investir em estratégias para garantir o acesso a terras-raras em seus territórios. No Brasil, a ideia é concluir até 2014 o mapeamento de novas áreas iniciado em janeiro deste ano. Paralelamente, o Conselho de Altos Estudos da Câmara analisa possíveis mudanças na legislação para alavancar investimentos no setor.

Crédito

Para deputada Teresa Surita, o ponto principal é definir de que maneira o País pode entrar nesse nicho de mercado. "Hoje o BNDES não oferece linha de crédito para empresas explorarem terras-raras", lamenta. Segundo ela, é preciso garantir um volume maior de investimentos em pesquisa e tecnologia para tornar viável não só a exploração, mas o desenvolvimento de toda a cadeia de negócios gerados a partir da lavra de minerais de terras-raras. "Temos a chance de aproveitar a discussão do projeto que cria um novo marco legal para a mineração no País para incluir incentivos à produção de terras-raras."

O vice-presidente da empresa de fertilizantes MBAC-Fertilizer, Antenor Silva, afirma que, no caso de Araxá, análises prévias apontam que é possível produzir cerca de 9 mil toneladas de terras-raras por ano. Ele reconhece, no entanto, que o deficit tecnológico é um dos principais entraves para a produção de terras-raras.

Com foco na produção de fertilizantes fosfatados, a empresa está revisando estudos de campo e desenvolvendo tecnologia para dar início à extração e ao beneficiamento dos minérios a partir de 2016. "No caso de Araxá, as terras-raras poderão passar a ser o foco principal e os fertilizantes um subproduto da lavra", afirma Silva.

Segundo ele, a região de Araxá pode dispor de uma quantidade significativa de elementos de terras-raras considerados críticos em razão da previsão de aumento da demanda para os próximos anos. "Análises apontam que 22% do que existe em Araxá é composto por elementos que deverão ter aumento de valor de mercado nos próximos anos, como o neodímio, o európio e o disprósio."

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados

Data: 10/05/2012

CIRCUITOMATOGROSSO

MATO GROSSO VIVE 'BOOM' DO OURO

Produção cresce vertiginosamente e movimentada a economia dos municípios. Nos últimos nove anos houve um salto de 4.676% na extração, que hoje registra oito toneladas/ano e pode chegar a 15 toneladas/ano em 2015.

A princípio os dados podem parecer absurdos, mas, de fato, nos últimos anos Mato Grosso voltou a produzir ouro em ritmo acelerado. Para se ter ideia deste crescimento vertiginoso, basta analisar os números equivalentes à produção do minério no Estado. Em 2003, por exemplo, Mato Grosso tinha um valor quase que irrisório de lavras exploradas, algo em torno de 173 quilos ao ano. Em 2011, no entanto, o volume atingiu 8.092 toneladas, o que representa um salto de 4.676% na produção.

Os dados são do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPN) e confirmam Mato Grosso em terceiro lugar no ranking dos maiores produtores do metal amarelo no País, ficando atrás apenas de Minas Gerais e Goiás, que ocupam a 1ª e 2ª posições, respectivamente.

A comercialização do ouro vive em crescente expansão e valorização em todo o mundo. As bolsas de Nova York, Londres, Hong Kong e Sidney – principais comercializadoras da commodity – registram uma cotação do ouro em ascendência. Em maio de 2002, a cotação do minério girava em

torno de US\$ 300 a onça-troy (o equivalente 31,104 gramas de ouro), em maio de 2012, a cotação é de US\$ 1.650 por onça-troy.

Aumento este bastante significativo, mais ainda se levarmos em consideração que, mesmo em tempos de crise na economia mundial, o preço pago pelo ouro esteve sempre valorizado, atribuindo-lhe a característica de uma aplicação segura.

A valorização do ouro, entretanto, não é sentida apenas nas grandes bolsas de valores. De acordo com o presidente do Sindicato das Indústrias Extrativistas de Minérios do Estado de Mato Grosso (Sindiminério), Laerte Lisboa Lima, o crescimento da exploração aurífera é real e crescente em muitos municípios mato-grossenses. Fato esse, que gera uma movimentação econômica bastante elevada nas localidades onde o minério é explorado.

Em Poconé, na Baixada Cuiabana, por exemplo, a busca pelo ouro volta a movimentar a região o que, conseqüentemente, contribui para aquecer a economia local. José Lúcio do Amaral, que trabalha neste setor, revela que existem ao menos 12 garimpos no município e que, segundo ele, são responsáveis por 70% da economia da Cidade Rosa. “É fácil perceber que esta atividade gera emprego e remuneração aqui na cidade. O trabalho de exploração do ouro é um dos pilares de sustentação da nossa economia, isto porque o garimpeiro ‘deixa aqui’ o dinheiro que consegue por aqui”, ressalta Amaral.

Ele afirma que essa exploração de ouro na região teve uma queda significativa após o Plano Collor, em 1990. ‘O Plano veio como um balde de água fria para os garimpeiros, muitos ficaram endividados e acabaram abandonando a atividade’. Ele revela, porém, que aos poucos a atividade foi retomada na região, atingindo números significativos a partir do ano 2000. “De lá para cá a atividade tem se expandido e a expectativa de analistas é de que os números possam ser cada vez mais expressivos”, assegurou Amaral. No último mês, ele afirma que o grama do ouro estava sendo comercializado no município ao valor de R\$ 86.

Peixoto de Azevedo (692 Km ao norte da Capital) é outra cidade cuja economia passa por momentos de glória, graças também à produção aurífera local. Segundo o presidente da Cooperativa do Vale do Rio Peixoto (Cooagavep), Marco Antonio Reis, a região do Vale do Peixoto possui 657 mil hectares de reserva garimpeira, o que contribui para elevar ainda mais os índices da atividade mineradora.

Reis relata que mais ou menos 1700 garimpeiros – dos municípios de Novo Mundo, Matupá, Garantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Nova Guarita, Terra Nova e do Distrito de União do Norte – estão associados à Cooperativa. Juntos eles conseguem extrair cerca de 300 quilos de ouro ao mês na região.

Esse trabalho organizado dentro das cooperativas favorece a produção do minério que, aos poucos, está sendo realizada de forma organizada e sustentável. Em Peixoto mesmo, existem mais de 50 áreas legalizadas para extração do ouro e outras 12 áreas recuperadas, conforme assegura Reis.

O presidente do Sindiminério, Laerte Lisboa assegura que a economia crescente no município é visível por todos. “Há uns três anos atrás você andava por Peixoto e encontrava à sua disposição umas duzentas casas para você morar, sem nem precisar pagar por isso, Hoje em dia, para você conseguir uma casa no município, você tem que fazer uma verdadeira romaria nas ruas. O comércio reabriu as portas e a vida na cidade mudou completamente” lembra ele.

Ainda assim, o presidente do Sindicato alerta para o fato de que muitos garimpeiros e mineradoras ainda exercem a atividade na base da informalidade. Justamente por isso, os altos números apresentados pelo DNPM podem ser ainda maiores dos que os computados pela Receita.

Mercado Promissor

O setor mineral de Mato Grosso é considerado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) como um dos mais promissores do Estado, sendo que atualmente a extração do ouro desperta maior atenção entre todos os demais minérios (diamante, fósforo e potássio, ferro, calcário, entre outros). Os municípios onde foram identificados indícios e até mesmo comprovada a existência de minérios são Paranatinga, Alta Floresta, Aripuanã, Vila Rica, Pontes e Lacerda, Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Nova Xavantina e Tangará da Serra.

Ainda segundo o IBRAM, em torno de 75% do minério produzido no Brasil é exportado. Entre os principais compradores estão o Reino Unido, a Suíça, Emirados Árabes e Estados Unidos.

Entraves

A dificuldade para conseguir a legalização de áreas para extração mineral e as altas taxas aplicadas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) à cadeia produtiva do minério são os principais obstáculos encontrados por aqueles que visam exercer a atividade legalmente.

O representante da Coogavep, revela que existe muita burocracia para se obter as licenças para exploração. “Nós da cooperativa tentamos atrair os garimpeiros, pois sabemos que juntos é muito mais fácil conseguir a liberação das áreas. Trabalhamos com uma equipe de geólogos, engenheiros florestais, biólogos, enfim, temos uma estrutura que possibilita que o trabalhador consiga mais rapidamente exercer a exploração legal do ouro”.

O presidente faz questão de ressaltar que a região do Vale do Peixoto é a primeira do Brasil a ter uma cooperativa nesta atividade. “Sozinhos os profissionais têm uma dificuldade enorme de exercer a função, é um processo demorado e caro. Juntos podemos facilitar e baratear essas taxas”, ressalta Reis.

Fonte: Circuito Online - MT

Data: 10/05/2012



LUCRO DA MAGNESITA SOBE 27% E CHEGA A R\$ 27,9 MILHÕES

Um alívio nas despesas financeiras compensou a piora no resultado operacional da fabricante de refratários Magnesita no primeiro trimestre. A empresa registrou um lucro de R\$ 27,9 milhões no período, 27% superior ao registrado um ano antes.

A receita cresceu 5%, para R\$ 606,8 milhões, mas os custos cresceram 9%, para R\$ 425,2 milhões. Com isso, o lucro bruto recuou 2%, para R\$ 181,7 milhões, com queda de 3,1 pontos percentuais na margem bruta, para 29,9%.

As despesas operacionais por sua vez, aumentaram 3%, para R\$ 119,9 milhões. O Ebit (lucro antes de juros e impostos na sigla em inglês) foi de R\$ 61,7 milhões, queda de 11%.

A linha financeira, contudo, trouxe alguma folga ao balanço. A Magnesita registrou um resultado financeiro negativo em R\$ 16,5 milhões, 47% abaixo dos R\$ 31,3 milhões contabilizados entre janeiro e março de 2011.

Ao fim de março, a companhia tinha uma dívida líquida de R\$ 968 milhões, 6,6% superior na comparação anual.

Fonte: Valor Econômico

Data: 10/05/2012



ASSIM COMO VALE, CHUVAS PREJUDICAM MMX E GERAÇÃO DE CAIXA CAI 90% NO 1º TRI

Assim como os resultados da Vale (VALE3; VALE5), o balanço do 1º trimestre da MMX Mineração (MMXM3) também foi fortemente impactado pelas fortes chuvas no estado de Minas Gerais, comunicou a empresa nesta terça-feira (9). Assim, o Ebitda (geração operacional de caixa) da mineradora de Eike Batista caiu 90% na comparação com o mesmo período de 2011, atingindo R\$ 4,2 milhões.

Além disso, o baixo nível do rio Paraguai e a redução dos preços de minério de ferro também atingiram a companhia. "Estamos trabalhando para reverter a perda de produção do trimestre ao longo de 2012", afirma Guilherme Escalhão, presidente e diretor de Relação com Investidores da empresa. Não foi apenas o Ebitda que mostrou queda, o lucro líquido do trimestre foi 23% menor do que havia sido atingido aferido entre janeiro e março de 2011, atingindo R\$ 49,3 milhões.

Além disso, as vendas de minério de ferro caíram 13% para 1,39 milhão de toneladas de commodity vendida - contribuindo para uma receita bruta de R\$ 169,7 milhões, queda na mesma proporção. No comparativo entre o quarto trimestre de 2011 e o primeiro deste ano, números ainda piores: a queda de produção foi de 28% e de receitas, 42%.

No entanto, a companhia continua otimista para o ano, sobretudo por conta da produção siderúrgica chinesa, que na avaliação da empresa deve manter a demanda por minério em alta, assim como os preços. "Como os produtores chineses continuarão enfrentando dificuldades para ampliar a produção, como custos mais altos e qualidade em queda, espera-se que a demanda por minério importado cresça ainda mais", afirma a mineradora.

Fonte: InfoMoney

Data: 09/05/2012

GLENCORE ADQUIRE 28,5% DA CARAÍBA POR US\$ 118 MILHÕES

A Glencore, gigante mundial do mercado de commodities agrícolas e industriais, fechou acordo para adquirir participação de 28,5% na Mineração Caraíba por US\$ 118,5 milhões.

A empresa é uma mineradora de cobre situada na Bahia, com jazidas e mina do metal não ferroso em Jaguarari.

Conforme os termos da operação, a Glencore comprou os 71,2 milhões de ações que pertenciam à Branford RJ Participações. Esta, por sua vez, é controlada pelo fundo de investimento em participações Atenas, cujo único cotista é a Aurizônia.

Com a aquisição, a Glencore passa a ser o maior acionista da Caraíba, ao lado do grupo Anaconda, que também tem 28,25% do capital da empresa. Os demais acionistas são a Zinia Participações (25,75%) e os empregados, com 17,75%.

A Branford vinha buscando um comprador para suas ações desde o ano passado. O Banco Fator assessorou a companhia nas negociações.

O objetivo da Glencore é obter participação estratégica na Caraíba, empresa que foi fundada em 1969 e que fatura em torno de US\$ 200 milhões por ano.

Em 2010, a companhia teve receita líquida de R\$ 401 milhões e lucro líquido de R\$ 104,4 milhões. As demonstrações financeiras do ano passado ainda não foram divulgadas.

Segundo fontes de mercado, a Glencore estaria conversando com os demais acionistas da Caraíba para adquirir uma fatia maior da empresa. A Caraíba confirmou ao que está negociando uma nova cota de ações com a Glencore. Segundo o Valor apurou, a estratégia da gigante multinacional é se tornar acionista majoritária na empresa brasileira.

Embora as minas de cobre da Caraíba sejam de grande profundidade, a alta da commodity torna a empresa atrativa, disse um interlocutor a par das negociações, porque o preço do metal no mercado internacional - na faixa de US\$ 8 mil a tonelada - torna a extração economicamente viável. A China é o maior consumidor mundial.

No fim do ano passado, a Caraíba anunciou que planeja investir R\$ 730 milhões em suas minas de cobre até 2025. A companhia também tem planos para diversificar sua produção e se tornar uma empresa polimetálica.

A companhia começou as atividades em mina a céu aberto em 1980. Seis anos depois, passou para uma operação subterrânea, segundo informações da revista "Brasil Mineral". Em 2007, inaugurou uma planta de oxidado.

A produção da empresa gira em torno de 30 mil toneladas de cobre contido em concentrado - pouco mais de 25 mil do tipo sulfetado e quase 5 mil de oxidado.

Fonte: Valor Econômico

Data: 14/05/2012

FORNECEDORES DE SERVIÇOS PARA O SETOR MINERAL CHEGAM AO ESTADO APOSTANDO EM EXPANSÃO

Fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos e empresas prestadoras de serviços de engenharia para a indústria da mineração correm atrás dos projetos bilionários de expansão do setor em regiões tradicionais de produção em Minas Gerais e na nova fronteira mineral do Norte do estado. A gigante americana Eaton, fabricante de equipamentos e componentes para os setores elétrico e hidráulico e de autopeças, dobrou a capacidade do escritório regional em Belo Horizonte, destacando uma equipe de 20 pessoas dedicadas a vendas e assistência aos clientes do ramo. As australianas Reynold Soil Technology, especializada em soluções e controle de poeira, e Ground Proud, fornecedora de radares para taludes de mineração, estão investindo em filiais mineiras há apenas seis meses, como primeira incursão de um grupo de fornecedores que esteve recentemente no Brasil e estuda aportes no país.

A mineira Tractorbel, revendedora da XGMA, maior fabricante chinesa de máquinas pesadas, estuda parceira com a marca para a montagem de uma fábrica brasileira, orçada em US\$ 100 milhões, que tem boas chances de ficar em Minas. Com o crescimento da demanda, o dono da Tractorbel, Olivando Araújo Ribeiro, prevê comercializar 400 máquinas este ano em Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e no Espírito Santo, o dobro das vendas efetivadas em 2011. “Acreditamos no crescimento da economia, puxado por uma mineração ativa e pela indústria da construção. As máquinas têm qualidade e preço competitivo para disputar esses mercados”, afirma.

No ano passado, de um volume de investimentos de R\$ 28,4 bilhões anunciados na indústria mineira, o grupo composto da mineração, siderurgia e metalurgia liderou o ranking, com 54% do total (R\$ 15,4 bilhões), conforme levantamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. O fôlego não parou neste ano. Entre janeiro e março,, só na mineração outros R\$ 142,5 milhões já foram anunciados, representando 5,4% de um pacote de R\$ 2,6 bilhões.

As empresas que começam a chegar ao estado reforçam uma cadeia de fornecedores que ainda não fazia justiça ao peso da indústria mineral em Minas – o estado detém cerca de um terço da produção mineral brasileira – avalia Paulo Sérgio Machado Ribeiro, subsecretário de Desenvolvimento Mínero-Metalúrgico e Política Energética. “Há uma procura maior dos investidores que deve se intensificar com a redução das taxas de juros para o setor produtivo no Brasil”, afirma.

Levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) indica que Minas vai absorver cerca de 40% da bolada de US\$ 75 bilhões que o Brasil deverá receber em projetos de mineração deste ano a 2016. Os fabricantes de máquinas e equipamentos do estado australiano de Queensland já começaram a demonstrar o interesse na expansão mineral em Minas. Representantes de 150 empresas da rica província estiveram em Belo Horizonte no mês passado e conversaram com técnicos do governo de Minas sobre as possibilidades de investimentos no estado. O trabalho de aproximação com o setor já começou a ser feito por um escritório de negócios, informou o diretor de desenvolvimento de negócios da representação de Queensland, Renato Ciminelli, que é também presidente do comitê executivo do Polo de Excelência Mineral do governo de Minas.

Mineirização “A atração dessas empresas pode gerar uma espécie de mineirização de fornecedores da indústria da mineração, a exemplo do que ocorreu com a vinda da Fiat Automóveis”, observa Renato Ciminelli. A americana Eaton decidiu expandir sua atuação em Minas Gerais, de olho em toda a cadeia da produção, das mineradoras aos prestadores de serviços de engenharia e

fornecedores de matéria-prima, informou Pedro Cortonesi, gerente de vendas da companhia na América do Sul. A empresa elegeu a mineração como área prioritária de interesse.

Trata-se de um foco estratégico global da Eaton, que está reforçando também a oferta de serviços de engenharia e suporte aos clientes da indústria da mineração, segundo João Everton de Souza, diretor de desenvolvimento de mercado e negócios na América do Sul. A empresa não descarta uma penetração maior no setor, por meio de eventuais aquisições de ativos. “O radar está sempre ligado”, diz Souza.

Treinamento para expandir

A MMX Mineração, empresa do grupo EBX, do bilionário Eike Batista, começou na segunda-feira a segunda etapa do treinamento da mão de obra que atenderá o complexo Serra Azul da companhia, na Região Central de Minas Gerais. O presidente da empresa, Guilherme Escalhão, informou que serão qualificados 800 trabalhadores na mineração, como parte do programa para formação do quadro fixo de empregados da unidade. Ao todo, serão treinadas 2,1 mil pessoas em cursos profissionalizantes gratuitos ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-MG).

Boa parte dos trabalhadores mora nos municípios de São Joaquim de Bicas e Ibirité, na Grande Belo Horizonte. Guilherme Escalhão enfatizou, durante conferência para analistas do mercado financeiro em que apresentou os resultados da mineradora no primeiro trimestre, o esforço que será feito para recuperação de perdas até o fim do ano. A MMX apurou lucro líquido de R\$ 49,3 milhões entre janeiro e março, cifra 23% inferior ao resultado do mesmo período do ano passado. “Tivemos um trimestre com menor volume de produção, além da questão sazonal”, afirmou o executivo.

De acordo com o presidente da mineradora, o balanço reflete o impacto negativo das chuvas intensas na região de Serra Azul no início do ano. Quanto aos planos da companhia para o complexo, Escalhão informou que com a licença de operação para expansão da unidade, obtida em abril, a empresa deu início ao processo de contratação das obras. O complexo sairá de uma produção de 8,7 milhões de toneladas por ano de minério de ferro para uma capacidade de 29 milhões de toneladas anuais. Os investimentos, agora, vão somar R\$ 4,8 bilhões, 20% a mais que o orçamento original. Além do aumento da capacidade da planta, a empresa adquiriu mais terrenos e equipamentos. Parte deles visa ao desenvolvimento de outro projeto na região, a mina de Pau de Vinho, em parceria com a Mineração Usiminas.

Fonte: Estado de Minas

Data: 11/05/2012



VALE PODE PERDER LIDERANÇA EM MINÉRIO DE FERRO, DIZ MORGAN STANLEY

Atrasos em licenças ambientais podem custar à Vale sua liderança na produção mundial de minério de ferro já em 2013, de acordo com relatório divulgado hoje pelo Morgan Stanley.

A direção da empresa afirmou à equipe dos analistas Carlos Alba e Alfonso Salazar que espera receber a licença ambiental para o projeto de Serra Sul, com capacidade de 90 de milhões de

toneladas métricas anuais, no segundo semestre deste ano. Já a expansão da mina de Carajás deve começar a operar no segundo semestre de 2013, segundo a administração da mineradora.

Contudo, alerta o banco, caso haja contratemplos nesses licenciamentos, a australiana Rio Tinto poderá superar a produção de minério de ferro da Vale já no próximo ano.

Apesar dessa perspectiva, no entanto, o Morgan Stanley permanece otimista em relação à empresa. “Os projetos são atrativos em termos de crescimento e darão suporte à expansão dos lucros e do fluxo de caixa”, escreveram os analistas.

O banco espera preços elevados para o minério de ferro até 2014 e avalia que o pior da desaceleração da demanda chinesa por aço já passou.

Outro ponto destacado no relatório são os baixos custos de produção da Vale em relação à média do setor, o que garante margens operacionais robustas e boa geração de caixa, especialmente nos segmentos de minério de ferro e níquel.

A recomendação do Morgan Stanley para os recibos de ações da Vale negociados na Bolsa de Nova York (ADRs) é “overweight”, isto é, de alocação acima da média do mercado. O preço-alvo para o fim de 2012 é de US\$ 28,40, um potencial de valorização de 42% em relação ao fechamento de sexta-feira.

Fonte: Valor Online

Data: 14/05/2012

CORREIO BRAZILIENSE

NOVA CORRIDA DO OURO: BRASIL ACORDA PARA AS OPORTUNIDADES DAS TERRAS RARAS

O país acorda para oportunidades abertas pela exploração de terras raras, matérias-primas de difícil extração no mundo, cujo comércio é dominado pela China. Indústria de alta tecnologia é seu principal destino.

O país começa a se armar para uma disputa histórica com a Índia para conseguir espaços em um mercado estratégico, hoje monopolizado pela China. Além de ter as principais jazidas do grupo de minerais conhecidos por terras raras, a segunda maior economia do mundo também concentra e regula a oferta (97%) em favor de seu crescente domínio nas aplicações industriais desses insumos, geralmente ligadas a produtos de alta tecnologia.

Pesquisas indicam que o Brasil pode até alcançar a vice-liderança no fornecimento de terras raras, desde que invista, ao mesmo tempo, na exploração de suas ricas e variadas reservas e no florescimento local de fábricas para agregar valor à produção mineral e romper, assim, a muralha chinesa. Produzindo 303 toneladas anuais desses minérios estratégicos, o país está num magro terceiro lugar mundial, bem atrás da Índia (2,7 mil) e da líder, China (120 mil). Mas ainda tem, no mínimo, 52 milhões de toneladas para serem exploradas, patamar próximo ao chinês, de 55 milhões.

Se apostar em um forte avanço nessa área, o Brasil, que já foi o maior produtor desse mercado e hoje tem apenas 1% dele, poderá ter presença significativa nas atividades mais lucrativas

das próximas décadas. Boa parte das inovações da indústria mundial depende desses 17 minerais, abundantes na natureza em várias partes do planeta, mas classificados como extraordinários em razão das dificuldades para serem extraídos e beneficiados.

"O Brasil teve um razoável aproveitamento de suas terras raras, caso do óxido de lantânio a partir da monazita, dos anos 1950 aos 1980. Após longa e forte retração depois desse período, chegamos a um cenário totalmente novo e desafiador, em que está em jogo a própria soberania nacional", comenta Cláudio Scliar, secretário de Geologia do Ministério de Minas e Energia (MME). O engenheiro explica que o seleto grupo de matérias-primas vem assumindo, nos últimos 10 anos, papel de destaque na produção de artigos de última geração que movimentam negócios promissores, como produção de telas planas, tablets, lasers, baterias de carros elétricos e até locomotivas que flutuam sobre os trilhos.

Basta saber, segundo ele, que, com poucos miligramas desses elementos de nomes engraçados, como praseodímio, promécio e gadolínio, podem-se criar linhas exclusivas de metais, plásticos, vidros, filtros e ímãs. "O setor é ainda mais estratégico para quem dominar toda a sua cadeia produtiva", frisa ele, lembrando que o país já perdeu grandes oportunidades, como a do silício produzido a partir dos cristais extraídos em Minas Gerais e exportado para a China.

Sob o domínio chinês, o comércio internacional de terras raras gira em torno de US\$ 2 bilhões anuais, devendo se aproximar de US\$ 10 bilhões nos próximos anos. A atenção cada vez maior de grandes marcas de eletrônicos e automóveis nesses produtos singulares deve-se ao fato de eles serem excepcionais condutores de eletricidade e de calor, característica essencial para a fabricação de produtos de alta tecnologia, de TVs digitais a tomógrafos. "Graças ao emprego em pequenas quantidades em áreas sofisticadas, um quilo de determinada terra rara pode custar US\$ 6 mil", afirma Daniel Alves de Lima, pesquisador do MME, lembrando que as cotações dispararam desde 2009.

Obama

Uma prova explícita da importância das terras raras e do horizonte que se abre para esses materiais está nas recentes tensões diplomáticas entre a China e alguns de seus grandes parceiros comerciais, como Estados Unidos, União Europeia e, sobretudo, Japão. A incômoda dominação chinesa já levou a um protesto japonês na Organização Mundial do Comércio (OMC) e provocou até queixas públicas do presidente norte-americano, Barack Obama.

"Eles são os minerais do futuro, formando as bases da economia verde e da internet móvel", resume o consultor Paulo César Ribeiro de Lima. Ele conta que os EUA dividiam ao meio com as mineradoras chinesas o mercado mundial até a segunda metade dos anos 1990, mas deixaram de produzir os insumos em 2001 diante dos preços arrasadoramente baixos da concorrência asiática. Depois, foi a vez de conglomerados tecnológicos do Japão serem obrigados a fazer associações em território chinês. "O reflexo disso é que equipamentos como turbinas de usinas eólicas (energia dos ventos) caminham também para o domínio da China", ilustra.

Por esse motivo, Fernando Freitas Lins, diretor do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), avisa que planejar a exploração de terras raras, em compasso com o desenvolvimento da indústria, tornou-se prioridade do órgão, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais Geológicos (CPRM) já mapeou a região localizada entre o norte fluminense e o sul capixaba e deu início a uma avaliação do potencial de terras raras em áreas do Amazonas e de Roraima. A ideia é montar um quadro mais detalhado das

jazidas até 2014. Mas, antes disso, cerca de 200 pedidos de lavra já foram encaminhados por empresas nacionais ao governo.

Outro sinal inequívoco da importância que a área vem ganhando está no interesse explicitado pela brasileira Vale, maior mineradora do mundo. O presidente da companhia, Murilo Ferreira, afirma que a busca por esses minerais está no radar da empresa, que iniciou pesquisas em reservas das cidades mineiras de Araxá e Patrocínio. A expectativa é começar a produção de terras raras em 2015. Outro projeto da Vale envolve uma parceria de longo prazo com a Petrobras para garantir o fornecimento de minerais usados no refino de gasolina, hoje 100% importados da China.

Congresso

Uma das maiores defensoras no Congresso da exploração de terras raras, inclusive em áreas indígenas, a deputada Teresa Surita (PMDB-RR) quer aproveitar o debate sobre o novo Código Mineral para definir fontes perenes de recursos para a pesquisa desses insumos especiais. "O novo marco regulatório do setor precisa não só ampliar os percentuais pagos pelas mineradoras na forma de royalties, mas reservar, nesse montante, uma parte para financiar o florescimento de uma indústria de ponta a partir dos minerais extraídos", disse.

Ela vê grande espaço para taxar os lucros das concessionárias de lavra, a exemplo do que já ocorre no setor petrolífero. Nas últimas semanas, foram realizadas audiências públicas com especialistas no Senado e na Câmara para discutir o potencial brasileiro nos negócios estratégicos das terras raras.

"Chegamos a um cenário totalmente novo e desafiador, em que está em jogo a própria soberania nacional". Cláudio Scliar, secretário de Geologia do Ministério de Minas e Energia (MME).

Fonte: Correio Braziliense

Autor: Sílvio Ribas

Data: 13/05/2012



FCA E LLX NEGOCIAM FERROVIA DE R\$ 1,67 BI NO NORTE FLUMINENSE

A Vale e a EBX estão retomando o projeto de construção de uma ferrovia em bitola larga no litoral do Rio de Janeiro com investimentos de R\$ 1,67 bilhão. As negociações são complexas e envolvem a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), controlada pela Vale, e a LLX, empresa de logística da EBX. O Estado do Rio e o governo federal também participam das tratativas, que entram em fase de definição. A obra prevê a adequação de trechos existentes e a construção de partes novas.

O Corredor do Norte Fluminense, como o projeto vem sendo chamado, terá 348 quilômetros entre Ambaí, na região metropolitana do Rio, e o porto do Açu, em São João da Barra, no Norte do Estado, projeto da LLX. Em um cenário otimista, quando estiver operacional, a partir de 2016, a ferrovia poderia transportar 18,9 milhões de toneladas por ano, incluindo minério de ferro, carvão, produtos siderúrgicos e petroquímicos.

A LLX é a maior interessada no projeto, uma vez que a ferrovia será um pilar para o desenvolvimento do complexo industrial do Açu, onde está prevista a instalação de várias empresas.

"A decisão de fazer [a ferrovia] está tomada e há convergência de interesses", disse Otávio Lazcano, presidente da LLX.

A FCA também tem interesse em tornar viável um corredor logístico na região, com o desenvolvimento de novas cargas, uma vez que a empresa é a concessionária de grande parte do trecho onde se pretende construir a nova ferrovia. Esse trecho da FCA está subutilizado. Mas a negociação não é simples, apesar de as duas empresas terem assinado dois memorandos de entendimento. O primeiro foi acertado em agosto de 2011 para desenvolver estudo de viabilidade técnica e econômica. O segundo acordo foi celebrado no fim de abril, quando a presidente Dilma Rousseff visitou o porto do Açú.

Pablo de la Quintana, diretor de desenvolvimento da LLX, disse que o segundo memorando vai aprofundar os estudos. Em três meses, poderão estar definidos os termos de referência para se chegar a um projeto detalhado e à melhor forma de licenciar a ferrovia, previu. Um dos trabalhos é refinar o investimento, que poderia ser 30% maior do que a estimativa inicial e chegar a R\$ 2,17 bilhões. A prerrogativa de licenciar ferrovias é do Ibama, mas como o projeto está dentro das divisas do Rio o licenciamento poderia ser estadual.

A partir de agora, a expectativa é assinar um protocolo de intenções mais amplo entre setor privado, Estado do Rio e União. Os termos desse novo acordo devem ser submetidos de forma prévia ao ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos. Com o aval de Passos, o protocolo seria assinado e se daria continuidade ao estudo de viabilidade técnica e econômica. Em paralelo, deve ser aprofundada a discussão sobre o modelo institucional da ferrovia. Por enquanto, não está claro quem iria investir no projeto, quem seria o gestor da malha e quem iria operar os trens.

A LLX garante demanda de carga, mas não deve investir no projeto. Uma possibilidade é que a FCA possa investir, mas isso passa por discussões da concessionária com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sobre termos de ajustamento de conduta (TACs) vencidos. A FCA poderia realizar investimentos na nova malha ferroviária do Rio como forma de compensar esses TACs. Um empecilho para a FCA investir pode ser o vencimento de sua concessão em 2027, prazo que seria insuficiente para retomar o investimento na nova malha. A LLX estima retorno de 12% ao ano para os acionistas com a operação da nova ferrovia.

Outro cenário poderia ser uma licitação para subconcessão da nova ferrovia no Rio por parte da Valec, empresa ligada ao Ministério dos Transportes. A Valec é concessionária da Estrada de Ferro 354, que tem trecho paralelo ao da FCA no Rio. O presidente da Valec, José Eduardo Castello Branco, descartou essa hipótese: "A Valec espera que a iniciativa privada aporte os recursos para a ligação em bitola larga ao Açú."

A FCA afirmou que os estudos desenvolvidos com a LLX consideram a análise da ferrovia em bitola larga e métrica. "A adoção por um modelo ou outro dependerá de análise econômica e financeira." O governo do Rio e a LLX falam só em bitola larga, importante para ligar a nova ferrovia à malha da MRS. A MRS afirmou que acompanha as negociações e tem interesse em participar da operação da nova malha.

Fonte: Valor Econômico

Data: 15/05/2012

MPX PODE TER RESERVA DE CARVÃO DE 671,8 MI DE TONELADAS NA COLÔMBIA

As reservas de carvão que a MPX, empresa de energia do Grupo EBX, possui na Colômbia - o Projeto San Juan - somam 671,8 milhões de toneladas, sendo 92% de carvão pulverizado (PCI). O Estudo de Pré-Viabilidade (EPV), elaborado pela MPX Colômbia e pela Golder Associates, foi divulgado nesta segunda-feira em fato relevante enviado ao mercado e mostra ainda que a produção pode chegar a uma média de 25 milhões de toneladas anuais durante um período de 20 anos.

No pico, a produção deverá superar 28 milhões de toneladas anuais, e a vida útil da mina é estimada em 32 anos. O investimento previsto para atingir a capacidade plena de produção na mina e para o desenvolvimento da logística é de US\$ 5,5 bilhões. O custo médio estimado é de aproximadamente US\$ 48 por toneladas de carvão FOB (com entrega no porto para os clientes), incluindo aí os royalties pagos ao governo colombiano.

O Projeto San Juan está localizado no departamento colombiano de La Guajira, a aproximadamente 850 quilômetros de Bogotá. O projeto contempla o transporte por 150 quilômetros de ferrovia até um porto de águas profundas. O sistema terá capacidade de operar até 35 milhões de toneladas de carvão por ano, com possibilidade de ampliação.

O início da construção está previsto para o segundo semestre de 2013, sujeito às aprovações de órgãos ambientais colombianos. A projeção da MPX para o primeiro embarque é o segundo semestre de 2016.

Em relação aos investimentos, US\$ 3,5 bilhões serão aportados na mina, US\$ 1,1 bilhão, na ferrovia e US\$ 900 milhões, no porto.

A MPX, que ainda é uma empresa em fase pré-operacional, tem portfólio de geração térmica que supera os 14 GW. No mês passado, o conselho de administração da MPX aprovou a cisão parcial dos ativos da MPX Colômbia, que resultará na criação da CCX.

Fonte: Valor Online

Data: 14/05/2012

NA ALEGRIA E NA TRISTEZA

Os fundos de investimento que compram apenas papéis da Petrobras ou da Vale são as vedetes do investidor brasileiro. **Dos dez maiores fundos de ações em número de cotistas, quatro são da mineradora e três da estatal petrolífera**, segundo dados da consultoria Econômica. Juntos, esses fundos possuem 529 mil cotistas - quase o mesmo número de pessoas físicas cadastradas na bolsa (575.197 mil) -, com um patrimônio líquido total de cerca de R\$ 7 bilhões.

Durante muitos anos, esse casamento do investidor de varejo com os chamados fundos de Vale e Petrobras foi para lá de feliz. Mas desde 2008, ano da eclosão da crise internacional, a relação ficou abalada - e muitos investidores já se perguntam se não seria hora de pedir o divórcio, ainda mais com a novela da crise europeia ameaçando o mercado acionário local.

As ações ordinárias (ON, com voto) da Vale subiram 1.542,17% do início de 2002 até o fim de 2007, período em que o Ibovespa avançou 370,55%. Mas depois disso o movimento dos preços se assemelhou a uma montanha-russa, com altos e baixos: 2008 (-51,72%), 2009 (+83,39%), 2010 (+13,75%) e 2011 (-24,11). Este ano, até o dia 14 de maio, a ação cai 0,08%. O caso da Petrobras, que subiu 973,8% entre 2002 e 2007, é ainda pior. Após recuar 45,74% em 2008 e subir 55,62% em 2009, o papel só faz cair: 24,33% em 2010, 22,21% em 2011 e 11,84% este ano.

Apesar do vaivém, quem investiu nesses fundos lá atrás continua com um ganho gordo no bolso, **já que de 2002 até dia 4 de maio os papéis de Petrobras sobem 370,52%, e os da Vale, 1.154%**, para uma variação de 307,68% do CDI. O problema é que muita gente, animada com o retrovisor, embarcou no vagão dos fundos no meio do caminho e agora está desapontado. É o caso de um engenheiro paulistano de 30 anos que prefere não ter seu nome citado, que aplicou R\$ 10 mil em um fundo de Petrobras em 2007 e fez novos aportes até o valor de R\$ 30 mil. No mesmo período, aplicou outros R\$ 10 mil em um fundo da Vale. "Acredito que sejam as duas empresas mais sólidas do país, por isso tomei essa decisão", diz.

Os mais populares

Os maiores fundos de ações por número de cotistas*

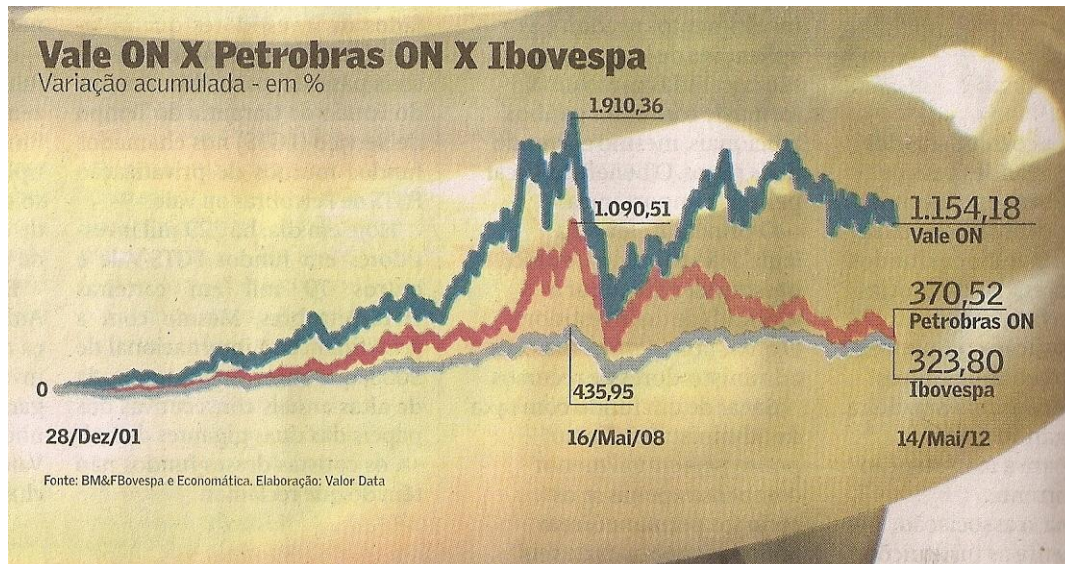
	Classificação	Quantidade de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$ milhões)
BB Ações Petrobras FIA	Ações Setoriais	87.248	784
BB Ações Vale do Rio Doce FI	Ações Setoriais	75.122	1.013
Itaú Ações Vale FI	Ações Setoriais	48.353	710
Itaú Ações Petrobras FI	Ações Setoriais	47.925	468
Caixa FIA Petrobras	Ações Setoriais	47.696	683
Caixa FIA Vale do Rio Doce	Ações Setoriais	43.055	880
BB Ações BB FI	Ações Setoriais	36.709	292
Geração FIA Programado	Ações Livre	33.963	570
BB Ações Dividendos FICFIA	Ações Dividendos	26.666	808
Bradesco FIA Vale	Ações Setoriais	25.636	508

Fonte: Economática. Elaboração Marcelo d'Agosto *Exclui fundos 157

Ele não contava, porém, com a crise financeira que abalou o mundo em setembro de 2008, que acabou com a trajetória ascendente dos papéis. Os R\$ 30 mil aplicados no fundo da Petrobras atualmente valem cerca de R\$ 18 mil, enquanto os R\$ 10 mil da Vale correspondem a R\$ 6,5 mil. Quando vê esses números, o investidor se arrepende de não ter deixado os fundos no fim de 2009, quando os papéis mais do que se recuperaram do tombo do ano anterior. "Agora vou deixar o dinheiro lá, pelo menos até voltar ao valor inicial. Acho que as ações podem se recuperar daqui a cinco anos", diz.

E, a julgar pelos analistas ouvidos pelo Valor, o engenheiro e os milhares de pequenos investidores devem mirar mesmo em períodos mais longos, já que não há motivos para esperar uma

reação dos papéis nos próximos meses. O analista de investimentos da boutique Inva Capital Raphael Cordeiro recomenda ao cotista que olha o curto prazo reduzir a posição nesses fundos, **dadas as perspectivas negativas para as ações da Petrobras e da Vale neste ano. As duas empresas vendem commodities, cujos preços tendem a cair em cenário de baixo crescimento global. Além disso, sofrem com a interferência do governo na gestão. "Hoje, elas oferecem muito risco", afirma.**



Na mesma toada, Walter Mendes, sócio da Cultinvest Asset Management, diz que não há motivo para otimismo com as duas empresas. **Em relação a Vale**, durante muito tempo ainda **haverá incerteza** acerca da performance de suas ações, **por conta das pendências tributárias e da perspectiva de aumento das alíquotas de royalties sobre o minério de ferro**. Além disso, os resultados financeiros da empresa têm vindo abaixo das expectativas. "No curto e no médio prazo, dificilmente as ações da companhia terão um desempenho muito bom, mas daqui a três anos devem se recuperar", diz Mendes. "Contudo, é válido dizer que, a esta altura do campeonato, o risco de "downside" [perspectiva de queda dos papéis] é baixo."

André Rocha, responsável pelo blog "O Estrategista", no portal Valor, explica que os papéis das duas empresas vêm sofrendo em decorrência de um cenário externo "confuso", com atividade mais fraca na Europa e incertezas sobre a economia chinesa, o que afeta os preços das commodities. Esses problemas, contudo, já estão refletidos nos preços das ações. O múltiplo FV/Ebitda (relação entre valor de mercado empresa e a geração de caixa) da Vale, por exemplo, está em 4,3 vezes, um desconto de 31,8% em relação à média de 6,3 vezes dos últimos cinco anos (segundo dados da S&P Capital IQ).

Apesar do desconto, as ações devem continuar na berlinda. O analista do BB Investimentos Victor Penna adverte que, nos próximos anos, as ações da mineradora continuarão a refletir as incertezas causadas pela economia chinesa, grande consumidora de minério de ferro. "Devido ao plano quinquenal de investimentos do governo chinês, que vigora até 2016, a expectativa para os próximos anos é de expansão em torno de 7% ao ano. Isso se a atual crise da economia mundial não piorar", diz.

Quanto à Petrobras, Mendes, da Cultinvest, diz que a estatal enfrenta dois problemas principais. O primeiro é a política de reajuste dos combustíveis, que não está clara. "Se os preços

não forem reajustados, o impacto para a petrolífera será negativo", explica. Em sua opinião, este fator configura uma desvantagem com relação à Vale, cujos problemas são temporais. "A política de preços dos combustíveis não tem prazo para se resolver. **É uma questão política", avalia.**

A lenta recuperação da produção de petróleo da estatal, conforme atestam os últimos dados divulgados, referentes a março, é o segundo ponto de preocupação, já que a margem do combustível produzido internamente é mais alta. "O custo da importação pode ser muito negativo", diz o gestor.

Quanto à administração da nova presidente, Graça Foster, Rocha, do blog "O Estrategista", avalia que ela está formando uma equipe mais técnica na diretoria, o que agrada aos investidores. No entanto, Ricardo Corrêa, analista da Ativa Corretora, considera que **o risco político envolvendo a empresa permanece alto.** "Quando a Graça Foster assumiu, as ações subiram e muitos relacionaram o desempenho positivo a essa mudança", diz. "Mas a Petrobras é uma estatal e o investidor deve encará-la como tal. Sempre haverá interferência do governo."

Rocha lembra que a capitalização de 2010 derrubou a rentabilidade da companhia, pois o aumento do patrimônio líquido não foi acompanhado por uma elevação imediata dos lucros. Mas, com o início da operação do pré-sal, o retorno sobre o patrimônio líquido deve aumentar. "E o mercado pode antecipar esse movimento e as ações subirem", diz.

Fonte: Valor Online

Data: 16/05/2012



EMPRESAS DE MINERAÇÃO E PETROQUÍMICA INVESTEM MAIS DE R\$1 BI EM INOVAÇÃO

Consultoria francesa Global Approach Consulting (GAC), líder mundial, acredita que os setores terão crescimento significativo.

A Lei do Bem, que permite desde 2005, que empresas obtenham incentivos fiscais automáticos quando realizam pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação, tem atraído as empresas brasileiras que atuam nos setores Petroquímico e de Mineração. De acordo com levantamento do Ministério de Ciências e Tecnologias, os seguimentos investiram, juntos, aproximadamente R\$ 1.118 bilhão em 2010 na criação de projetos de P&D e obtiveram mais de R\$ 383 milhões em benefícios fiscais.

As empresas do setor petroquímico seguem com alto investimento em políticas de inovação tecnológica. Em contra partida, o número de empresas com participação evolutiva, desse segmento, no programa dos incentivos fiscais da Lei do Bem, caiu de forma significativa de 14 em 2007 para 2 em 2010. "Muitas empresas brasileiras desconhecem o benefício e não sabem como identificar e enquadrar os projetos", explica André palma, diretor Brasil da GAC. "É importante ressaltar que a inovação é uma questão chave e decisiva para torná-las mais competitivas", afirma.

Já as mineradoras, por outro lado, passaram de 1 em 2007 para 7 em 2010, em número de empresas com participação evolutiva por setores no programa dos incentivos fiscais. Índice bastante

tímido, segundo Palma. No Brasil, apenas 639 empresas utilizam o instrumento fiscal. Na França, por exemplo, somente a GAC atende 1.500 companhias.

GAC - A francesa GAC é a maior consultoria do mundo na obtenção de recursos para inovação. Presente em quatro continentes, chegou ao Brasil em 2011. Com uma carteira de 50 clientes locais, realiza análise técnica, fiscal, contábil e estratégica, e auxilia as empresas que investem em projetos inovadores a obterem incentivos fiscais.

Fonte: Revista Fator

Data: 15/05/2012



CADEIA DO COBRE GANHA COM PREÇO, MAS PERDE EM VOLUME

Impulsionado pelo avanço das cotações do cobre no mercado internacional, o setor que engloba condutores elétricos e a cadeia de cobre acumulou faturamento recorde em 2011, de US\$ 8,7 bilhões. O crescimento de 12% ante os resultados de 2010 foi guiado pelos segmentos de condutores elétricos - que ganharam força com as obras de infraestrutura do governo - e de concentrado de cobre. Em volume, porém, o setor apresentou baixo crescimento, com a maior parte da cadeia registrando produção constante ou em queda. E esse cenário vem se arrastando para este ano. No primeiro trimestre, a indústria do cobre continuou sentindo o ambiente de negócios fraco.

"No geral, o setor foi bem nos resultados financeiros. Mas, os segmentos que agregam valor na cadeia do cobre, como os semimanufaturados e suas ligas, tiveram queda de produção. O desempenho foi prejudicado principalmente pela importação de produtos finais", afirmou Valdemir Romero, diretor do Sindicel, entidade que representa o setor em São Paulo.

Segundo dados divulgados com exclusividade ao Valor, os produtores de fios e cabos elétricos foram os que trouxeram força para os resultados de 2011. Enquanto o faturamento do segmento de condutores elétricos de cobre cresceu 15%, para US\$ 2,96 bilhões, o de condutores de alumínio avançou 33%, para US\$ 649 milhões. Na área do cobre, os resultados foram puxados pela demanda da construção civil, que apesar do menor crescimento, continuou com um bom desempenho. Já no alumínio, os ganhos vieram dos investimentos governamentais em transmissão realizados no ano passado.

O segmento de concentrado de cobre - com empresas importantes como Mineração Caraíba, Yamana Gold e Vale - também ganhou em faturamento, saindo de US\$ 1,640 bilhão para US\$ 1,967 bilhão. Com o valor médio do cobre na Bolsa de Metais de Londres (LME) avançando 16,5% no ano passado, os preços foram essenciais para os resultados.

Já os transformadores não apresentaram tal melhora no desempenho. Enquanto o faturamento do segmento de semimanufaturados cresceu 6%, o de cobre refinado recuou 1,3%. "As importações têm penalizado muito, principalmente em tubos e barras", afirmou o vice-presidente da Paranapanema, Wilson Nunes. A empresa produz desde o cobre primário, até os semielaborados, como os tubos, laminados, barras e conexões de cobre.

As importações realmente entraram com força no segmento de semimanufaturados no ano passado, avançando 30%, para US\$ 318,6 milhões. Os condutores elétricos também se destacaram, com alta de 22,3%, para US\$ 677,7 milhões. No cobre refinado, além das compras externas (que se

mantiveram em alto patamar), o problema foi uma forte queda nos estoques - indicando que as empresas tinham acúmulo da matéria-prima.

A entrada dos produtos prontos no Brasil também foi uma das causas de pressão sobre a produção efetiva dos fabricantes de condutores e da cadeia do cobre. O levantamento do Sindicel mostra que a produção avançou apenas 3% em 2011, para 946 mil toneladas, se mantendo estável ou caindo em todos os segmentos, com exceção dos condutores de alumínio.

"Nem sempre o resultado financeiro, como o faturamento, retrata o crescimento do setor, pode apenas refletir o câmbio e as cotações dos metais. Os volumes de produção têm caído, diante também de um consumo nacional mais conservador", afirmou Regina Celi Venâncio, diretora-presidente da metalúrgica de cobre Termomecânica. O levantamento revelou ainda que houve recuo na quantidade que a indústria brasileira transforma de cobre, de 407 mil toneladas para 397 mil toneladas. A competição com materiais substitutos ao cobre, como o alumínio, que pode ser usado em algumas aplicações, como tubos para produtos de linha branca, também é um fator de pressão sobre a produção do setor.

Segundo Regina, esse cenário ainda não mudou. O início do ano foi fraco em vendas e os preços da commodity no mercado internacional ainda estão em patamares baixos na comparação com o ano passado. Na LME, a cotação do cobre no primeiro trimestre avançou 11,2%, fechando o pregão de ontem aos US\$ 7.829,00.

"Em abril já houve alguma melhora na cadeia dos pedidos, mas nada que garanta que seja sustentável. Pode ser apenas reposição de estoque e ainda temos de esperar para tirar alguma conclusão", explicou a executiva.

Para 2012, o Sindicel projeta crescimento de 5% no volume de produção do setor, resultado que deve ser guiado pelas obras de infraestrutura do governo. "Este ano deve ser melhor", ponderou o diretor do Sindicel.

Fonte: Valor Econômico

Data: 16/05/2012



MINERADORAS PERDERÃO COMPETITIVIDADE COM ICMS, DIZ IBRAM

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), José Fernando Coura, disse há pouco que o fim de isenção de ICMS sobre as exportações de produtos primários não renováveis levará mineradoras brasileiras à perda de competitividade no mercado internacional.

A declaração do presidente do instituto foi dada no debater sobre o projeto de lei (PLC-11/2011) que prevê mudanças na Lei Kandir (Lei 87/1996). O projeto, em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe a recomposição das perdas de Estados e municípios ocorridas com o fim da cobrança do ICMS sobre o minério de ferro exportado.

"Trazer novamente [a cobrança de] o ICMS significa tirar a nossa capacidade competitiva", afirmou Coura em audiência pública realizada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

Coura, que assumiu recentemente a presidente do IBRAM, rebateu o argumento de que a mudança na lei estimulará a produção siderúrgica dentro do país, gerando ganhos para os Estados e municípios. “Não é a isenção do ISCM que vai agregar valor à cadeia produtiva do minério de ferro”.

O desenvolvimento da indústria siderúrgica e metalúrgica deve ser incentivada, disse Coura, com a redução do custo de produção no país, baixando o preço da energia elétrica, do gás natural, da logística e dos tributos sobre os investimentos.

Fonte: Valor Online

Data: 16/05/2012



IMPLANTAÇÃO DA MINERAÇÃO VALE VERDE VAI MOVIMENTAR U\$ 500 MILHÕES

O governador Teotonio Vilela Filho recebeu nesta terça-feira (8) o executivo James Bannantine, presidente da Mineração Vale Verde, que vai implantar em Alagoas uma mineradora com operações voltadas principalmente para a extração de cobre. A reunião aconteceu no Palácio República dos Palmares.

A previsão dos diretores é que o estudo de viabilidade econômico-financeiro seja finalizado até agosto e as obras sejam iniciadas até junho de 2013, com um prazo de execução que varia entre 18 e 24 meses. O valor total de investimentos previstos é da ordem de US\$ 500 milhões.

O encontro foi acompanhada pelo secretário de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, Luiz Otavio Gomes, pelo diretor presidente da Mineração Vale Verde, Carlos Bertoni, e pelo secretário de Estado da Articulação Política, Rogério Teófilo.

A reunião serviu para que os executivos apresentassem ao Governo de Alagoas o planejamento atualizado e o cronograma para a instalação da mineradora no município de Craíbas.

Empregos

Na fase de construção, a Mineradora Vale Verde vai gerar cerca de mil empregos em Alagoas. Já em sua fase operacional, até 700 novos postos de trabalho entre diretos e indiretos serão ofertados. Além dos US\$ 500 milhões de investimentos, a empresa vai injetar, durante o período de 15 anos, US\$ 100 milhões na economia alagoana com custos operacionais.

“Sabemos da importância da chegada desse empreendimento, tendo em vista os benefícios socioeconômicos que serão gerados com o seu funcionamento. Consciente disso, o Estado não vai medir esforços para que os prazos para a instalação sejam cumpridos”, destacou o governador Teotonio Vilela Filho.

O secretário Luiz Otavio Gomes colocou que a Mineradora Vale Verde é um dos pilares, junto com o Estaleiro Eisa Alagoas e a nova planta de PVC da Braskem que será inaugurada em julho deste ano, para o desenvolvimento econômico de Alagoas. “Entendemos como prioridade viabilizar a

implantação da Mineradora Vale Verde, que vai movimentar a economia de todo o Agreste e boa parte do Sertão alagoano”, disse Luiz Otavio.

Durante a apresentação do planejamento, o presidente da Aura Minerals Inc. afirmou que cerca de 80% da mão de obra aproveitada na mineradora será de trabalhadores locais. Para isso, a empresa e o Governo de Alagoas articulam com o Senai cursos de qualificação específicos para as operações que serão feitas na Vale Verde.

James Bannantine ainda destacou os serviços e obras de infraestrutura realizadas pelo governo do Estado, que facilitam as operações de produção e logística. “Contamos com um abastecimento de água e de energia que supre nossas necessidades. Os acessos rodoviários de boa qualidade também são fundamentais para o escoamento da produção, principalmente para o Porto de Maceió, que fica a 145 km da mineradora”, destacou o presidente.

A empresa atua em Alagoas desde 2007, tendo investido R\$ 70 milhões em pesquisa, gerando 130 empregos diretos. Em sua segunda fase de operações, a Vale Verde também vai direcionar suas atividades para a extração de ferro e ouro. Os minérios são oriundos de duas jazidas, sendo uma localizada na cidade de Craíbas, batizada de “Serrote da Laje”, e outra no município de Igaci.

Fonte: Agência Alagoas

Data: 08/05/2012